



## Valorização é norte do 2º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados



Foto: Arquivo Anamatra

A troca de experiências, a descontração, a amizade e principalmente a valorização do magistrado após a aposentadoria permearam o 2º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena, realizado de 28 de abril a 1º de maio, em Vitória (ES). Mais de 100 juízes participaram da programação, composta por atividades científicas e culturais.

Na abertura do encontro, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, dividiu com os colegas a satisfação em ter criado, em sua gestão, a diretoria de Aposentados da entidade. “Temos compromisso não só político, mas também de batalhar pela valorização do magistrado do Trabalho aposentado, porque o aposentado não perde o cargo de juiz e tampouco não deve perder os laços com o Judiciário”.

A diretora de Aposentados da Anamatra, Cristina Valero, lembrou que o evento, além de ser um momento de conagração e descontração, é também palco para discutir sobre as necessidades dos magistrados aposentados.

“Teremos oportunidade de discutir intensamente questões de interesse dos aposentados e pensionistas, e focar nossos debates nos problemas que mais nos afligem”, destacou.

A presidente em exercício da Amatra 17 (ES), Ana Paula Luz Faria, cumprimentou os presentes e desejou sucesso ao evento. “Toda esta experiência não deve ser desperdiçada. A aposentadoria não deve necessariamente ser o término de uma atividade”, opinou a juíza.

Participaram ainda da solenidade de abertura a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), Cláudia Cardoso de Souza, o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Sérgio Ricardo de Souza, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Nelson Tomaz Braga e os ministros aposentados do Tribunal Superior do Trabalho José Luciano Castilho e José Simplício Fontes de Faria Fernandes, além do desembargador aposentado do TRT-5 (BA) Roberto Pessoa.

**Confira a cobertura completas das páginas 11 a 27**

### Juiz Renato Sant’Anna da 15ª Região é eleito presidente da Anamatra

O juiz Renato Sant’Anna, da 15ª Região (Campinas e Região), foi eleito presidente da Anamatra para o biênio 2011/2013. A chapa “Anamatra forte: magistratura digna e independente”, encabeçada pelo magistrado, recebeu 1.445 votos. Ao todo, 1.517 associados à Anamatra foram às urnas de forma presencial, por sobrecarta ou eletronicamente. Foram registrados 58 votos brancos e 14 nulos.

Atual vice-presidente da Anamatra, licenciado estatutariamente, Renato Sant’Anna ocupou os cargos de secretário-geral e diretor legislativo da entidade. “Nossa gestão continuará a luta institucional do movimento associativo em prol dos direitos e garantias da magistratura”. Outra prioridade da gestão será, segundo Sant’Anna, a valorização da carreira da magistratura e a preocupação com a qualidade de vida e as condições de trabalho dos magistrados, para que os anseios da sociedade sejam plenamente atendidos.

**Confira, na próxima edição, mais detalhes sobre a nova diretoria.**



Foto: Arquivo Anamatra

**EXPEDIENTE**

PRESIDENTE: **Luciano Athayde Chaves**  
(Amatra 21)

VICE-PRESIDENTE: **Renato Henry Sant'Anna**  
(Amatra 15)

SECRETÁRIA-GERAL: **Maria de Fátima**  
**Coelho Borges Stern** (Amatra 5)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:  
**Ibrahim Alves da Silva Filho** (Amatra 6)

DIRETOR FINANCEIRO:  
**Antônio Neves de Freitas** (Amatra 3)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:  
**Nélie Oliveira Perbeils** (Amatra 1)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS  
JURÍDICOS: **Germano Silveira de Siqueira**  
(Amatra 7)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:  
**Ary Marimon Filho** (Amatra 4)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:  
**Fabício Nicolau dos Santos Nogueira**  
(Amatra 9)

DIRETORA DE EVENTOS E CONVÊNIOS:  
**Carla Reita Faria Leal** (Amatra 23)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: **José Ribamar**  
**Oliveira Lima Júnior** (Amatra 10)

DIRETORA DE APOSENTADOS:  
**Cristina Ottoni Valero** (Amatra 2)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:  
**Gabriel Napoleão Velloso Filho**  
(Amatra 8)

CONSELHO FISCAL: **Eulaide Maria Vilela**  
**Lins** (Amatra 11), **Rodrigo Dias da**  
**Fonseca** (Amatra 18) e **Narbal Fileti**  
(Amatra 12); SUPLENTE: **Vitor Leandro**  
**Yamada** (Amatra 14)

CORRESPONDÊNCIAS:  
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608  
Brasília/DF CEP: 70316-000  
NA INTERNET: [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)  
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388  
[imprensa@anamatra.org.br](mailto:imprensa@anamatra.org.br)

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS  
RESPONSÁVEIS: **Mariana Monteiro**  
(7859/DF) e **Viviane Dias** (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

REVISÃO: **Alessandro Lisboa** (4053/DF)

DIAGRAMAÇÃO: **Clarissa Teixeira**  
(61) 9202.3012

IMPRESSÃO: **Mais Gráfica e Editora**

TIRAGEM: 4.750

## Carta ao associado



Prezados colegas,

Nesta edição do jornal da Anamatra, através da coluna Carta aos Leitores, tradicionalmente utilizada para nos dirigirmos aos associados sobre questões próprias do nosso movimento, quero apresentar publicamente e em nome da diretoria cuja gestão finda, os mais sinceros agradecimentos à equipe de funcionários da nossa entidade, e o reconhecimento da excelência de seu trabalho.

Todos, sem exceção, da mais simples função aos assessores, dedicam tempo integral ao atendimento das mais variadas e múltiplas solicitações, e não raro 'para ontem', como convém a uma entidade dedicada ao trabalho associativo e político, muitas vezes ao mesmo tempo.

Sem a eficiência e a dedicação da nossa equipe não seria possível à diretoria realizar os compromissos assumidos na campanha e concretizar o trabalho árduo em prol da magistratura do Trabalho e do Direito do Trabalho em nosso país. Temos um leque enorme de atuação, que vai com o tempo se abrindo, ampliando e desdobrando ainda mais na medida em que a projeção da Anamatra nacional e internacionalmente vai se efetivando, tanto no campo da luta pelas boas questões corporativas, quanto na defesa da cidadania, da ética e das questões relacionadas às nossas bandeiras institucionais, como o combate ao trabalho escravo, degradante, infantil, à discriminação, à pobreza, à miséria e à desregulamentação, dentre outros.

E, embora poucos em número em relação ao tamanho da nossa Associação e quantidade de associados, conseguem realizar muito porque, assim como nós, juízes do Trabalho, os funcionários da Anamatra são vocacionados e 'vestem' a camisa das causas defendidas e se tornam, a cada dia, mais hábeis e qualificados no desempenho das suas funções.

Muito há para ser feito, todos sabemos, e assim sempre será, porque nossa associação está viva, em permanente aprimoramento. Não há "zona de conforto", como diz o presidente Luciano Athayde. As lutas são muitas, e a cada dia outras novas se somam, mas temos a certeza de que poderemos sempre esperar da Anamatra e dos seus valentes funcionários todo o zelo, toda a dedicação e a garra que os juízes do Trabalho merecem!

Até os Conamats!

**Nélie Perbeils**

Diretora de Comunicação

# Congresso discute ampliação da estrutura da Justiça do Trabalho



Foto: Arquivo Anamatra

O mês de março foi marcado pela aprovação de diversas propostas que ampliam a estrutura da Justiça do Trabalho, assunto que mereceu atenção de destaque da entidade. No dia 5, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e o diretor de Assuntos Legislativos da entidade, Ary Marimon Filho, foram recebidos pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Os magistrados cumprimentaram o parlamentar por elaborar uma pauta temática para a sessão do dia seguinte, já que todos os projetos de lei que seriam votados criam Varas do Trabalho e cargos nos tribunais de nove estados brasileiros.

“Nossa ideia era fazer uma mesa para discutir tudo de uma vez, mas não dá. Então combinamos de fazer esse conjunto de votações”, explicou Cunha. “É uma atitude inovadora”, elogiou Luciano Athayde.

No dia 6 foram aprovados projetos que dizem respeito à criação de Varas do Trabalho e alteração na composição de tribunais em Santa Catarina (12ª Região), Goiás (18ª Região), Alagoas (19ª Região), Sergipe (20ª Região), Mato Grosso (23ª Região), Paraná (9ª Região), Rio Grande do Sul

(4ª Região), Rio Grande do Norte (21ª Região) e Pernambuco (6ª).

## No Senado

Ainda no dia 6, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou, por unanimidade, parecer do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), sobre a criação vagas e cargos de doze cargos de juiz do Trabalho e de seis Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE). O Projeto de Lei da Câmara nº 03/2011 agora segue para votação em Plenário.

“A facilitação do acesso à justiça é um dever que temos com a população do Ceará. Precisamos dar condições

para que magistrados e servidores possam atender adequadamente ao povo cearense e a ampliação das Varas e de postos de trabalho é um dos passos a serem dados”, ressaltou Inácio Arruda.

## Mais projetos

No dia 23, foi a vez da aprovação do Projeto de Lei nº 22/2011, que dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. A inclusão foi feita a pedido do relator, senador Pedro Taques (PDT-MT). O projeto seguiu agora para apreciação do plenário. *At*

*“Nossa ideia era fazer uma mesa para discutir tudo de uma vez, mas não dá. Então combinamos de fazer esse conjunto de votações”.*

Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)

## Anamatra defende na Câmara imediata vigência de portaria sobre ponto eletrônico

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Ary Marimon Filho, acompanhou, no dia 6, audiência pública na Câmara dos Deputados para debater a adoção do ponto eletrônico pelas empresas, conforme exigência da Portaria nº 1510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os debates ocorreram na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e reuniram parlamentares e representantes do governo e de entidades patronais e de empregados.

A Portaria, que entrou em vigor em 21 de agosto do ano passado, ainda não foi implantada efetivamente por parte das empresas, que alegam inúmeras dificuldades para se adequar às exigências do MTE. Mas, para o diretor da Anamatra, faz-se necessária a vigência imediata da Portaria, segundo ele, única forma de garantir que os registros sejam seguros e que os trabalhadores, efetivamente, recebam

todas as horas extras trabalhadas: “Em razão da expressiva adesão dos empregadores ao novo sistema, impõe-se que o MTE dê tratamento particular a casos particulares por meio de sua atividade fiscalizadora”, disse.

O magistrado relatou casos típicos que chegam à Justiça do Trabalho, envolvendo as mais variadas naturezas de empreendimentos, como os motoristas que carregam cartões de ponto nos bolsos, informando a integralidade da jornada cumprida, assim como seus colegas de outras empresas que, apesar de extensas jornadas, têm songadas as horas extras trabalhadas.

Outro exemplo levado por Ary Marimon aos participantes foi caso recentemente decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho, envolvendo trabalhador bancário, em que aplicados os índices de juros cobrados pelas instituições financeiras sobre o crédito trabalhista, chegou-se a montante

cem vezes superior ao apurado a partir da observância dos juros e critérios de correção monetária usualmente fixados. “A conta que era de 1,7 milhão passou a 187,6 milhões, dando razão à Einstein que dizia que a maior invenção da humanidade são os juros compostos”.

“A Justiça do Trabalho vivencia ansiosa expectativa de imediata efetivação da Portaria. É preciso que o Executivo intervenha nessa área como agente regulador, assim como o faz em relação às normas de higiene e segurança. A situação atual não pode se perpetuar, posto que os verdadeiros interessados em postergar a implementação de um sistema seguro de controle de jornada, que assegure ao trabalhador emancipado o conhecimento sobre o quanto de seu trabalho doou, continuarão a usufruir dos frutos do dinheiro alheio, sem observar a legislação trabalhista”, completou. *A*

### DIREITOS HUMANOS

## Frente Parlamentar Mista pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes é lançada na Câmara

O diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho, participou, no dia 12 na Câmara dos Deputados, do lançamento da Frente Parlamentar Mista pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A Frente tem a coordenação da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e das deputadas Érika Kokay (PT-DF) e Teresa Surita (PMDB-RR).

Segundo Érika Kokay (PT-DF), a principal função da Frente será lutar no Congresso Nacional pela aprovação de projetos de interesse das crianças e adolescentes do país. “Temos a importante missão de lutar pela aprovação de projetos de lei que defendam as crianças dentro de uma perspectiva de respeito aos direitos humanos”, afirmou a parlamentar.

Na pauta de trabalho estão assuntos como o combate ao *bullying* nas escolas, ao tráfico e uso de drogas e ao racismo entre crianças e adolescentes brasileiros. Gabriel Velloso colocou alguns outros pontos que afligem a população brasileira. “As questões relativas ao trabalho infantil seja doméstico, esportivo ou artístico, também devem estar na pauta, já que a exploração destes meninos e meninas é uma realidade na nossa sociedade. Precisamos acabar com este mal. Precisamos garantir a efetivação, na íntegra, do Estatuto da Criança e do Adolescente”, completou Érika Kokay.



Foto: Arquivo Anamatra 8

Cerca de 20 parlamentares participaram do evento e reconheceram a necessidade de debates sobre os temas abordados, como o uso de drogas, a gravidez na adolescência, violência sexual, evasão escolar, o *bullying* e o desaparecimento de meninos e meninas. *A*

Fonte: Ascom Amatra 8 (PA), com informações da Rede ANDI Brasil

## Eleições CNJ: Anamatra entrega resultado de consulta ao TST

A Anamatra realizou consulta a seus associados e elaborou uma lista tríplice entregue ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para a escolha dos novos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dentre os candidatos do 1º grau, foram os mais votados os juizes Firmino Alves Lima, da 15ª Região/Campinas e Região (234 votos), Roldolfo Pamplona Filho, da 5ª Região/

BA (200 votos), e Marcelo Segal, da 1ª Região/RJ (182 votos). Já dentre os magistrados do 2º grau foram os mais votados Francisco das Chagas Lima Filho, da 24ª Região/MS, Olga Aida Joaquim Gomieri, da 15ª Região/Campinas, e Vicente José Malleiros da Fonseca, da 8ª Região/PA, com 244 votos cada um.

Os mandatos dos atuais conselheiros do CNJ encerram-se no dia 20 de

julho de 2011. Segundo o Regimento Interno do Conselho, a presidência do CNJ deverá solicitar aos Tribunais Superiores e demais entidades, até 60 dias antes do término do mandato, a indicação dos nomes dos representantes das respectivas instituições para serem sabatinados no Senado Federal e, em caso de aprovação, exercerem a função de conselheiros no biênio de 2011 a 2013. *A*

## Luciano Athayde alerta sobre a falta de efetividade das leis brasileiras

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou da abertura do 20º Encontro Regional de Magistrados do Trabalho da 6ª Região (PE), na noite do dia 6, em Porto de Galinhas (PE). O juiz falou aos colegas sobre a pouca efetividade das leis brasileiras, focando o Direito do Trabalho. Ele também ressaltou a necessidade de investimentos em ações que garantam a aplicação real da legislação.

“Em qualquer lugar do mundo, ser chamado à Justiça é um problema, no Brasil é um dilema”, afirmou o magistrado, lembrando a prática de se adiar a resolução de processos, até que seja feito um acordo, muitas vezes

levando uma das partes, na maioria das vezes o trabalhador, a abrir mão de seus direitos. Nesse cenário, alertou sobre a missão dos juizes do Trabalho de garantir um Brasil mais socialmente justo.

Durante a solenidade de abertura, a presidente da Amatra 6, Luciana Conforti, abordou a responsabilidade social das empresas, advento iniciado na década de 90, e que representa um imperativo de gestão para os empreendimentos que pretendem ser competitivos. “Ou a sociedade se une na luta pelo bem-estar social, independentemente do governo, ou sucumbirá”, disse. *A*

Fonte: Ascom/Amatra 6

## Amatra 8 lança livro em homenagem aos 30 anos da Associação

A Amatra 8 (PA) realizou, no dia 18, o lançamento oficial do livro “Contemporaneidade e Trabalho - Aspectos Materiais e Processuais, estudos em Homenagem aos 30 anos da Amatra 8”. O evento, voltado para a comunidade jurídica de Belém, trouxe o professor Márcio Túlio Viana, desembargador aposentado da 3ª Região (MG), que é um dos colaboradores da obra, para falar sobre “O Segundo Processo”.

Para Viana, ao lado de um processo formal, regulado e formalmente democrático e igualitário, caminha um segundo processo, selvagem, desregulado, que penetra nos poros do primeiro. “Trata-se de uma série de variáveis pouco visíveis e estudadas nas escolas de Direito, como, por exemplo, as informações transmitidas pelos gestos, pelos silêncios ou pelos objetos na sala de audiência. Embora quase ignorados, são fatores

que afetam, sobretudo, a produção da prova e, por extensão, a sentença do juiz”, afirma o desembargador.

Reunindo artigos de magistrados trabalhistas e estudiosos de Direito e Processo do Trabalho, o livro é fruto de um projeto iniciado em 2010, sob a coordenação dos magistrados Gabriel Napoleão Velloso Filho – presidente da Amatra 8 e diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra – e Ney Stany Moraes Maranhão, com o objetivo de homenagear os trinta anos de fundação da Amatra 8. “A comunidade acadêmica juslaboralista ganhou uma rica coletânea de estudos com abordagem de temáticas contemporâneas, diretamente ligadas ao complexo mundo do trabalho”, afirma Velloso Filho. *A*

\* Com informações Ascom Amatra 8/PA



Foto: Arquivo Amatra 8

## Diretoria da Anamatra prestigia descerramento da placa do desembargador José Ribamar Lima Júnior

Foto: Arquivo Anamatra

Diversos diretores da Anamatra e juizes do Trabalho da 10ª Região (DF e TO) participaram, no dia 26, na sede da Amatra 10 (DF e TO) em Brasília, da inauguração da galeria de ex-presidentes da entidade e do descerramento da foto do desembargador José Ribamar Lima Júnior, que presidiu a entidade regional de 2007 a 2009.

Em seu pronunciamento, o presidente da Amatra 10, Gilberto Martins, falou das realizações durante a gestão do desembargador, entre elas a promoção do 15º Congresso Nacional de Magistrados do Trabalho (Conamat) em Brasília e a conquista do direito de voz da Amatra no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10). “É preciso sempre atribuir a quem de direito os feitos e fatos que lhe são próprios, fazendo jus à história e ao passado, reconhecimento que apenas engrandece a nossa instituição”, disse.

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, falou da referência que a Amatra 10 é para o movimento associativo, segundo ele graças à contribuição de pessoas como o desembargador Ribamar. “Estou aqui homenageando um colega ativo no movimento associativo, é um momento ímpar, pois o Ribamar é parte da diretoria da Anamatra”, afirmou Luciano Athayde. “Foi um privi-



légio poder ter compartilhado de sua inteligente participação na diretoria. Agradeço a oportunidade que a vida me deu de fazer essa justa homenagem”, completou.

Emocionado, o homenageado falou de sua satisfação em ter presidido a Amatra 10 e integrar a atual diretoria da Anamatra e agradeceu a presença de diversos colegas e dos diretores que integraram a gestão 2007/2009 da Amatra 10. Sobre a aposição de sua foto, o desembargador

Ribamar mencionou os ex-presidentes como lideranças destacadas. “Ladeá-los é para mim motivo de regozijo, pois a trajetória da Amatra 10 é dignificante e deve ser enaltecida. Busquei nesses magistrados a inspiração para superar os desafios que se colocaram à nossa frente”. O magistrado também destacou diversas realizações de sua gestão e frisou a importante participação dos associados e dirigentes da Amatra 10, bem como dos membros da direção do TRT-10. *A*

## Presidente da Anamatra participa do Encontro de Magistrados do TRT 14

Foto: Ascom TRT 14



Luciano Athayde Chaves participou, no dia 14, do 11º Encontro de Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO). O presidente ministrou palestra sobre reforma da CLT aos magistrados da jurisdição de Rondônia e Acre. Em sua intervenção, o presidente da Anamatra destacou a necessidade do avanço na legislação trabalhista, em especial a necessária efetivação dos direitos.

Outro ponto da abordagem do presidente foram os avanços ocorridos nos últimos anos, a exemplo do Bacenjud, que imprimiu mais celeridade aos processos em execução. *A*

## Amatra 5 firma acordo de cooperação com TRT

Foto: Ascom/Amatra 5



No dia 15 foi assinado um acordo de cooperação técnica entre a Amatra 5 e o TRT-5. O objetivo é possibilitar que o Tribunal atue com ainda mais força no processo de disseminação dos direitos ao cidadão por meio do TJC.

O documento foi assinado pela presidente da Amatra 5, juíza Viviane Leite, e pela vice-presidente do TRT-5, Maria Adna Aguiar, na ocasião representando a presidente do Tribunal, Ana Lúcia Bezerra, no auditório do Fórum Juiz Antônio Carlos Olivei-

ra, no bairro Comércio, em Salvador. A diretora da Amatra 5, juíza Ana Claudia Scavuzzi, destacou que a assinatura do acordo representa uma ratificação da cooperação já existente entre a associação e o Tribunal, envolvendo o TJC.

Na ocasião, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaide Miranda, proferiu uma palestra sobre direitos e deveres dos trabalhadores domésticos. A ministra, que orgulhosamente falou de sua trajetória, na qual atuou também como trabalhadora doméstica, destacou a importância social da categoria. Nesse aspecto, ressaltou que é fundamental o reconhecimento e a valorização da profissão por parte da própria sociedade. De acordo com a ministra, a aproximação da Justiça ao cidadão desempenha papel essencial para que os direitos desses trabalhadores sejam disseminados. *A*

\* Com informações da Ascom Amatra 5 (BA)

## TJC leva Direito do Trabalho à Cidade de Deus, no Rio de Janeiro

Pagamento de hora extra, registro na carteira de trabalho e encaminhamento de processos na Justiça foram as principais demandas levadas pela população da Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio, aos juízes da Amatra 1 (RJ) que participaram da 1ª Ação Itinerante da Casa de Direitos, que aconteceu no dia 30, no Centro de Referências da Juventude.

O evento foi resultado da parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ), Ministério da Justiça, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF/RJ), Ministério Público, defensorias e entidades como a Amatra 1, que participou com o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, esclarecendo as dúvidas trabalhistas das pessoas da comunidade.

Além do trabalho de orientação, a coordenadora regional do Programa, juíza Luciana Gonçalves, o presidente da Associação, André Villela, e os magistrados Anelise Haase e Cláudia Márcia Soares distribuíram cerca de duas mil Cartilhas do Trabalhador aos participantes do evento.

“Todos os serviços aqui prestados, certamente, resgatam a cidadania da comunidade. Muitos não são, tecnicamente, cidadãos e, por meio desta iniciativa, conseguem formalizar essa cidadania”, disse Luciana

Neves. Para a magistrada, o evento mostrou a preocupação de se aproximar o cidadão da Justiça e do Direito.

Ao longo de todo dia, as pessoas que passaram no local também tiveram atendimento na Justiça Itinerante do TJ-RJ, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), da Defensoria Pública, da Ouvidoria do Ministério Público, entre outros serviços.

O evento contou também com as presenças da conselheira e presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ, juíza Morgana Richa, e do ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, que afirmou que um projeto como o Casa de Direitos proporciona perspectivas de cidadania e de reparação de lesão de direitos. *A*

Foto: Arquivo Amatra 1



\* Com informações da Ascom Amatra 1 (RJ)

# Anamatra lança Agenda Político-Institucional



Foto: Arquivo Anamatra

A Anamatra lançou, no dia 27 durante a reunião do Conselho de Representantes, a Agenda Político-Institucional 2011. A publicação será encaminhada a parlamentares, ministros e entidades parceiras da entidade e estará disponível em breve no site da Anamatra, na área de publicações.

“O engajamento das entidades de representação associativa da magistratura brasileira junto ao Legislativo é imprescindível ao êxito do Judiciário que todos querem e a sociedade merece: um Poder Republicano ágil e efetivo, instrumento de equidade e paz social”, afirmou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves.

“É gratificante ouvir de parlamentares que leram nossa agenda e

que somos uma entidade de credibilidade”, disse o diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Ary Marimon Filho. “E ouvimos isso inclusive de grandes líderes, como o presidente da Câmara, deputado Marco Maia”, acrescentou. O magistrado aproveitou para sugerir aos colegas que levem a agenda para os escritórios regionais dos parlamentares. “É um material muito rico. É importante que levemos aos deputados e senadores em suas bases”, frisou.

## Sobre a agenda

A publicação é um instrumento de informação destinado às entidades participantes do debate político. Ela torna conhecido o pensamento

da Associação a respeito dos temas do Judiciário brasileiro, com destaque para o Direito do Trabalho.

Esta é a quinta edição da Agenda, que também tem como objetivo difundir racionalidade política e justiça social, além de garantir inserção ampla e aberta da sociedade brasileira nas discussões vinculadas ao crescimento e fortalecimento da magistratura do Trabalho e do Judiciário brasileiro.

Ao longo dos seus quase 35 anos de existência, a Anamatra tem alcançado protagonismo em sua articulação tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. Isso é perceptível por meio dos diversos projetos sugeridos pela Associação em tramitação nas duas Casas Legislativas. *A*

## Novos juízes do Trabalho conhecem a Anamatra

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, recebeu, no fim da tarde do dia 13, 54 novos juízes do Trabalho. Os recém-chegados à magistratura estavam em Brasília para o 10º Curso de Formação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho. O diretor de Formação e Cultura da entidade, Fabrício Nicolau Nogueira, e os presidentes de Amatra Gilberto Martins (DF e TO) e André Vilela (RJ), também receberam os juízes.

“Para nós é um júbilo recebê-los aqui porque o Judici-

ário não é apenas dentro dos tribunais, mas também aqui fora, nas associações de classe”, disse Luciano Athayde. “É sempre um prazer receber novos colegas e ver que a Justiça do Trabalho renova-se com a juventude”, completou.

Luciano Athayde falou um pouco do funcionamento da Anamatra, atribuições e lutas do movimento associativo. Além disso, os alunos receberam um kit com publicações da entidade. “Sejam bem-vindos a esta grande associação que completa 35 anos nesse ano”, concluiu o presidente da entidade. *A*

## Presidente da Anamatra fala sobre a relação entre Ministério Público, advocacia e magistratura



Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou, no dia 4, como painelistas, do 10º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). “A relação entre os profissionais na Justiça do Trabalho” foi o tema abordado pelo magistrado em conjunto com o subprocurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcanti Júnior. O painel, que faz parte do módulo “Deontologia Profissional”, foi coordenado pelo ministro Walmir Oliveira da Costa.

Luciano Athayde falou sobre a ética e o respeito que devem permear a relação entre magistratura, Ministério Público e advocacia no dia-a-dia, destacando a postura que o juiz precisa ter. “A deontologia faz parte de uma relação intrínseca da magistratura com sua própria legitimação. Fazemos do nosso agir e de nossa relação com o membro do Ministério Público, com o advogado, com a secretaria da Vara, a nossa legitimação”, disse.

Sobre as atitudes que a sociedade exige que o magistrado tenha, o presidente da Anamatra aconselhou os novos juízes que a boa conduta deve ser observada dentro e também fora

do tribunal. “É importante que o juiz exerça uma equidistância – que é um distanciamento simbólico - com as partes, com o MP e com o advogado. Essa equidistância também faz parte da legitimação do magistrado”, completou.

O presidente da Anamatra também comentou sobre as simbologias da Justiça, como a toga, a linguagem e o rito que ela exige em seu dia-a-dia, lembrando que o juiz deve respeitar não somente Ministério Público e advogados, mas também as peculiaridades que cada parte possui como pessoa. ✍

Foto: Arquivo Anamatra



## Dirigentes da Anamatra prestigiam lançamento de livro de autoria do juiz Grijalbo Coutinho

Dirigentes da Anamatra e integrantes do Conselho de Representantes da entidade participaram, no dia 27 em Brasília, do lançamento do livro "Terceirização Bancária no Brasil", de autoria do ex-presidente da Anamatra (2003/2005), Grijalbo Coutinho, que é juiz do Trabalho na 10ª Região (DF e TO). Diversos juízes e procuradores do Trabalho, dirigentes sindicais e autoridades prestigiaram a solenidade, entre elas ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

"Venho, juntamente com o Conselho da Anamatra, como testemunha do esforço do Grijalbo em realizar pesquisas importantes na área do Direito do Trabalho. Tenho certeza de que este não será o último lançamento, mas sim um capítulo que se acrescenta em sua biografia de paixão, dedicação e amor pelo Direito do Trabalho e os direitos humanos e fundamentais", afirmou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, ao saudar o colega.

Além do lançamento com sessão de autógrafos, a solenidade contou com palestra de Coutinho, que contou sobre sua preocupação com a terceirização no Brasil, em especial no setor bancário, prática crescente que ele vem testemunhado em sua atividade judicante. No início de sua explanação, o magistrado falou da necessidade da efetivação dos direitos humanos no Brasil, o que segundo ele só pode ser conquistada com uma teoria consistente e prática política. "Eles [os direitos humanos] só se consolidam ou não a partir das lutas sociais empreendidas", destacou.

Sobre o tema abordado no livro, Grijalbo Coutinho fez um histórico do crescente problema do domínio do trabalho pelo capital no Brasil. "A terceirização consegue desviar o foco da reivindicação. Trata-se de um invento de máxima eficácia contra o Direito do Trabalho. É impossível ter terceirização com respeito ao Direito do Trabalho clássico. A razão dela é diminuir os custos do trabalho", alertou.

Para o magistrado, no setor bancário brasileiro acontece a terceirização mais selvagem e de maior impacto nas relações de trabalho, porque os bancos são o setor de maior articulação, de maior ganho no Brasil. "Eles [os bancos] foram os primeiros a se adaptar ao novo mundo do trabalho, promovendo uma reforma em seu sistema de produção", disse. Acerca da violação dos direitos humanos pelo Banco Central, como defendeu em seu livro, Coutinho falou da crescente utilização da terceirização no ano de 1999, como resposta à crise cambial. "A cada crise os bancos ficam mais fortes e a sociedade paga a conta".

Para reverter essa situação, Grijalbo Coutinho defende uma mobilização contínua dos trabalhadores. "Mas os processos de luta só vão ser exitosos se os bancários ganharem os informais". Para o magistrado, a terceirização bancária no Brasil não encontra respaldo legal suficiente e é absolutamente inconstitucional. "O Banco Central legisla sobre o Direito do Trabalho. É uma ação usurpadora da competência do Congresso Nacional".

Foto: Arquivo Anamatra



### Anamatra divulga nota pública sobre subsídios da magistratura

A Anamatra divulgou, no dia 27, nota pública para reafirmar que confia no processo democrático para efetivar o direito à revisão geral anual dos subsídios da magistratura. Confira abaixo:

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) esclarece que os juízes trabalhistas brasileiros mantêm confiança no processo democrático de construção de solução legislativa que efetive o direito à revisão geral anual dos subsídios, como garantido pela Constituição Federal, a respeito do que consta em projeto de lei encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional.

A Anamatra confia no trabalho permanente de convencimento dos integrantes do Congresso Nacional e também no esforço do STF, especialmente por seu presidente, ministro Cezar Peluso, para garantir o valor real dos subsídios da magistratura, na forma da Constituição da República.

Brasília, 27 de abril de 2011.

# 2º ENCONTRO NACIONAL DE magistrados do trabalho aposentados

ATIVOS PARA UMA APOSENTADORIA PLENA

*O evento aconteceu de 28 de abril a 1º de maio, em Vitória (ES), com o objetivo de reunir aposentados e pensionistas da Justiça Trabalhista de todo o País para discutir e debater temas de interesse, além de promover o conagraçamento entre eles.*



## GALERIA DE FOTOS





**PALESTRAS**

# José Simpliciano e Roberto Pessoa falam sobre a valorização do magistrado aposentado



A palestra de abertura do Encontro teve como tema “A Valorização do Magistrado Aposentado – Resolução 125 do CNJ e o Aproveitamento da Experiência do Magistrado Aposentado pelo Poder Judiciário”. Falaram sobre o assunto o ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) José Simpliciano e o desembargador aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) Roberto Pessoa.

José Simpliciano destacou, para os mais de 100 participantes do Encontro, que também é papel da Anamatra, como entidade representativa da magistratura trabalhista ativa e inativa, promover o incentivo nos tribunais quanto à maior participação do juiz no Poder Judiciário depois de aposentar-se. “Em função da longevidade o homem compreendeu que envelhece fisicamente, mas não espiritualmente e psicossocialmente”, explicou o ministro, também defendendo que é preciso preparar o juiz quando está prestes a se aposentar.

“Tem-se que fazer um trabalho com os ativos quanto ao novo enfrentamento de sua vida profissional a partir da aposentadoria”, aconselhou. “Paralelo a isso, a Anamatra poderia fazer um trabalho com os já aposentados, como este encontro, que serve também para oxigenar a vida”, completou.

Simpliciano aproveitou a oportunidade para mostrar que este preparo seria, inclusive, importante para os magistrados ativos no que diz respeito ao trato deles com os colegas que já se aposentaram. Segundo o ministro, que hoje exerce a advocacia em Brasília, muitos juizes o tratam diferente nas audiências por ele já ter exercido a magistratura. “Tenho sentido um pouco de dificuldade dos magistrados de lidar com o aposentado que advoga”,

declarou. “Talvez seria o caso de haver um trabalho de deontologia jurídica para que isso mude”, sugeriu.

## “Viva cada dia como se fosse o primeiro”

O desembargador aposentado do TRT-5 (BA) Roberto Pessoa iniciou sua explanação citando uma frase do arquiteto Oscar Niemeyer: “Não viva cada dia como se fosse o último, viva como se fosse o primeiro”. Ele transmitiu aos colegas de magistratura que após a aposentadoria ainda pode-se fazer muito pelo Poder Judiciário e, especialmente, pela sociedade.

“Há, em nossos quadros de aposentados, inúmeros magistrados que continuam com vocação, foco e disposição para colaborar com a instituição que serviram com denodo e dedicação e, sobretudo, a amam e que se dispõem a colocar as suas forças físicas e intelectuais em favor da instituição que se mantêm vinculados”, destacou Pessoa.



Entretanto, o desembargador baiano lembrou que também é necessário empenho dos tribunais. “Basta a vontade política dos administradores e gestores dos tribunais, porque até mesmo norma já existe para este aproveitamento”, ressaltou, ao citar a Resolução 125 do CNJ.

Para encerrar, Pessoa desabafou: “O que propomos é a possibilidade do nosso aproveitamento para transmitirmos conhecimentos e experiências à comunidade jurídica, pois para isto confiamos na possibilidade de superarmos as nossas próprias limitações, inclusive as temporais que o calendário da vida apronta”.

## Médico dá dicas para felicidade e longevidade



A palestra do segundo dia da programação do 2º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados foi uma verdadeira lição de vida e para a vida. O médico clínico geral e dietista Ismael do Lago ensinou aos magistrados as fórmulas que ele acredita – e prova com teorias, História e estatísticas – que levam à felicidade e, conseqüentemente, à longevidade. Participaram da mesa a diretora de Aposentados da Anamatra, Cristina Valero, e o desembargador aposentado da 17ª Região (ES) Hélio Mário de Arruda.

Ismael começou sua explanação falando sobre a mudança de pensamento da humanidade, ao longo da História, sobre o conceito de felicidade. “Felicidade era um dom de Deus. Mas Sócrates passou a responsabilizar o homem pela sua própria sorte ou felicidade”, explicou.

O médico aproveitou a oportunidade para dar dicas sobre saúde mental e física. “Não se esqueçam nunca de uma coisa para ser feliz: coração que agradece não tem lugar para a tristeza”, disse. “Existem duas grandes barreiras contra a felicidade: o medo e a ansiedade”, completou, também aconselhando que é preciso consultar-se com médicos e dentistas ao menos duas vezes por ano a partir dos 40 anos de idade.

“Para que possamos viver o momento presente é preciso olhar para o passado e compreender nossos atos e os acontecimentos. Ou seja, sentir saudade apenas, e não sentir ódio, rancor ou remorso. E para olhar o futuro devemos ter esperança, e não ter medo, ansiedade e insegurança”, alertou. “É preciso aprender a lidar com nossos remorsos. Às vezes perdoamos tudo que nos fizeram, mas não perdoamos o que nós mesmos fizemos”, finalizou. *A*



**DIRETORIA**

## Diretoria da Anamatra apresenta ações da entidade em prol dos aposentados

A última atividade do 2º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados consistiu em uma espécie de prestação de contas sobre as últimas ações da Anamatra em prol dos juízes aposentados. Participaram da mesa de exposições o vice-presidente da entidade e presidente eleito para o biênio 2011/2013, Renato Sant'Anna, o diretor de Prerrogativas, Germano Siqueira, a diretora de Aposentados, Cristina Valero, e o diretor de Assuntos Legislativos, Ary Marimon Filho.

O clima foi de debate. Os participantes do Encontro puderam levar questões até a diretoria, que esclareceu todas as dúvidas e anotou sugestões. "Gostaria de reitear minha alegria em estar aqui com os aposentados e reafirmar que é compromisso da Anamatra cada vez mais demandar a participação e atender as reivindicações de vocês", anunciou Renato Sant'Anna.

Germano Siqueira falou aos aposentados, dentre outros assuntos, sobre o auxílio moradia. "Embora a Lei Orgânica da Magistratura se refira à possibilidade de deferimento desse direito, o entendimento que vem se consolidando, inclusive no Supremo, é no sentido de que a regra da Loman não é autoaplicável, mas sim de efetivação segundo critérios da lei", explicou, acrescentando que a Anamatra requereu que fosse regulamentado, mas o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entendeu que a questão deve ser resolvida primeiro no Supremo.

### ADIs 3363 e 3308

Sobre a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) 3363, Germano contou que a Anamatra questiona, na ação, a inconstitucionalidade material da submissão dos magistrados ao regime de previdência dos servidores públicos, visto que isso viola a garantia constitucional da vitaliciedade. "Com a Emenda Constitucional 20, a Constituição passou a dispor que a aposentadoria dos magistrados e a pensão dos seus dependentes observarão o disposto no artigo 40", disse. "Conseqüentemente, a magistratura foi submetida ao regime geral de aposentadoria dos servidores públicos, sendo que este regime foi posteriormente modificado pela recente emenda 41, de 2003", completou.

"A conseqüência da ADI certamente será a de excluir a magistratura da reforma da previdência iniciada pela emenda 20 e depois continuada pela emenda 41", alertou Germano. De acordo com ele, a Procuradoria-Geral da República já emitiu parecer pela improcedência do pedido da Anamatra e o processo aguarda julgamento.





O diretor de Prerrogativas também falou sobre a ADI 3308, que questiona, assim como a ADI 3363, a submissão do magistrado ao regime geral da previdência e argumentando que a Emenda Constitucional 20, além de não atender as exigências formais do art. 60, parágrafo 2º da Constituição, ainda viola a independência do Poder Judiciário e seus membros. A ADI também recebeu parecer pela improcedência do pedido e o processo aguarda julgamento.

Germano contou, ainda, sobre os benefícios que eles podem vir a ter caso haja uma simetria – defendida pela Anamatra – entre Ministério Público e magistratura. São exemplos desses benefícios: o recebimento em dobro da licença prêmio não gozada para fins de aposentadoria; para cálculo de proventos da aposentadoria serão considerados os vencimentos do cargo imediatamente superior ao último exercido e, caso a aposentadoria se dê no último nível da carreira, os vencimentos deste serão acrescidos do percentual de 20%; e a pensão por morte, devida pelo órgão previdenciário aos dependentes de membros do Ministério Público da União, corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do falecido, assegurada a revisão do benefício.

“O tratamento diferenciado existe entre todos os níveis da magistratura, mas entre ativos e aposentados é mais grave. E como é que resolvemos isso? Com democracia no Judiciário e com luta associativa”, finalizou Germano.

## Legislativo

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra apresentou um panorama geral sobre a nova legislatura do Congresso Nacional, cuja posse aconteceu no início desse ano. “Temos 513 parlamentares dos quais apenas quatro são aposentados”, contou Marimon Filho. O juiz gaúcho começou sua explanação falando sobre a Proposta de Emenda à Constituição 555, que reduz a contribuição previdenciária dos aposentados gradativamente a partir dos 61 anos de idade até a extinção total aos 65, 20% ao ano. “A Anamatra tem trabalhado muito por esta PEC”.

O magistrado também aproveitou para falar sobre os subsídios da magistratura. “Precisamos criar uma política remuneratória que possa nos dar um fôlego”, disse, ao falar das dificuldades de aprovação dos projetos de lei que revisam os subsídios da magistratura (PL 7749) e sobre o adicional por tempo de serviço (ATS).

Ainda sobre o ATS, Ary relatou que existem atualmente quatro projetos sobre o assunto tramitando no Congresso. Sobre o PL 7749, o juiz contou aos aposentados que em novembro último, o relator do projeto, deputado Roberto Santiago, apresentou relatório com emenda. Entretanto, o PL ainda não foi aprovado, mesmo com todo esforço da Anamatra, que tem feito corpo a corpo com os parlamentares, pedindo a aprovação. “Acho que temos que parcelar o índice de 14% de perda inflacionária mais o anexo de 5,2%. Assim, se recebermos ano que vem, ótimo. Se não, em 2013 teremos 10% a receber”, opinou Ary.

## Sugestão

Ao final da explanação da diretoria da Anamatra, o magistrado aposentado da 4ª Região (RS) Adil Todeschini entregou a sugestão de um projeto de lei aos diretores da entidade, que visa acabar com a proibição exclusivamente para os aposentados de manterem conta individual para o recebimento de seus proventos.

“Acredito que podemos levar também ao Conselho Nacional de Justiça, pois está em sua competência e pode ser mais célere do que no Congresso Nacional”, afirmou Germano Siqueira, ao receber a sugestão do aposentado. Segundo o diretor da Anamatra, o CNJ poderá regulamentar esta questão, garantindo que os aposentados possam ter o direito de manter conta conjunta, situação que é permitida aos ativos. *A*

**LAZER**

## Fábrica de chocolates Garoto

Os mais de 100 participantes do Encontro tiveram uma programação doce e saborosa na manhã do segundo dia do evento. Os magistrados puderam conhecer a estrutura e o funcionamento da fábrica de chocolates Garoto, localizada em Vila Velha, na região metropolitana de Vitória.

“O que mais chamou a atenção foi a preocupação que a fábrica tem com a segurança dos trabalhadores. E isso para nós, juízes trabalhistas, é uma atitude importantíssima”, declarou a diretora de Aposentados da Anamatra, Cristina Valero.

“Foi uma experiência maravilhosa!”, entusiasmou-se a juíza aposentada da 15ª Região (Campinas e Região) Ivani Giuliani. “Destaco da visita principalmente a organização e a higiene dos trabalhadores”, observou.

### A empresa

A fábrica de chocolates Garoto existe há mais de 60 anos e sua única instalação fica em Vila Velha. Dela saem produtos que são vendidos em todo o país e mais em 60 outros países mundo afora. Ao todo são cerca de 3,5 mil trabalhadores cuidando do processo de produção, qualidade, embalagem e distribuição dos doces. *A*



## Passeio de escuna e moqueca capixaba

Os magistrados do Trabalho aposentados também tiveram a oportunidade de conhecer algumas praias de Guarapari (ES), cidade localizada a cerca de 60 km de Vitória. O passeio foi feito de escuna na manhã do sábado, dia 30.

Depois da visita às praias, os participantes do Encontro almoçaram no renomado restaurante Curuca, onde puderam experimentar a famosa moqueca capixaba, além de assistir e aprender o preparo do prato típico do estado do Espírito Santo. *At*



**SARAU**

## Sarau anima magistrados sábado à noite

Pinturas, declamações, música e literatura. Estas foram as atividades que compuseram o sarau realizado na noite do sábado, dia 30. O vice-presidente da Anamatra e recém eleito presidente para o biênio 2011/2013, Renato Sant'Anna, prestigiou o evento. "A participação de vocês, aposentados, na vida associativa é essencial para o futuro da Anamatra", disse. "Temos que valorizar quem por tanto tempo conduziu Amatrás e a própria Anamatra, que são vocês", completou.

A futura diretora de Aposentados, Terezinha Kineipp, eleita juntamente com Renato Sant'Anna também participou da noite cultural, e saudou os colegas magistrados, dizendo que fará de tudo para bem representá-los na diretoria da Anamatra.

Confira nas próximas páginas alguns dos talentos dos magistrados apresentados durante o sarau. *Ab*



## Magistrado, historiador e escritor

Antes de exercer a função de juiz, Carlos de Mendonça (8ª Região/PA) foi professor de História. Hoje, aposentado da magistratura, traz de volta à sua vida os estudos que fazia quando lecionava e pesquisava. O paraense é autor de três livros, que expôs durante o sarau. “Quando escrevo me sinto totalmente absorvido pelo tema e vivo o assunto com intensidade”, conta o juiz-escritor.

Uma de suas publicações fala sobre o descobrimento do Brasil e, segundo Carlos, expõe uma versão diferente sobre a chegada de Pedro Álvares Cabral às terras brasileiras. É o livro *500 anos do descobrimento – Uma Nova Dialética*, lançado em 1999. “Com a aproximação da comemoração dos 500 anos do descobrimento tive a curiosidade de mostrar uma nova visão”, explica o aposentado, acrescentando que a obra correu o país e teve grande quantidade de vendas.

Em seguida, Carlos de Mendonça lançou o livro *Quem matou Lady Diana?*, que mostra desdobramentos da morte da princesa Diana, morta em acidente de carro ao ser perseguida por paparazzis. “Falo sobre o mistério do túnel onde ela morreu, o Túnel da Alma”, explica o paraense.

### Ditadura

Já uma outra obra do magistrado conta a história de um rapaz que fugiu do Brasil durante a Revolução Militar para não ser preso e acabou sendo detido em Genebra. *Champ-Dollon, cela 211 – Uma Aventura Revolucionária* conta uma história verídica, contextualizando os regimes políticos no Brasil e no mundo em vigência na época. “O personagem foge pelo Amazonas rumo à Guiana Francesa. Depois, na França, é preso e foge para a Suíça, onde estabelece-se e trabalha em um banco, onde anos mais tarde acontece um roubo histórico pelo qual ele é acusado”, antecipa Carlos.

E o aposentado não para por aí. Segundo ele, já está pronta mais uma obra literária. Dessa vez, o assunto a ser abordado é a Floresta Amazônica. “Trata-se de um romance histórico com personagens verdadeiros, que mostra a transformação da região de indígenas para a civilidade”, anuncia. “Ele se dividirá em três partes, cujos títulos tirei de um verso de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões: *A Fé, O Império e As Terras Viciosas*”, acrescenta. *A*



## Desembargadora, cantora e pintora

Diva Alves, desembargadora aposentada da 2ª Região (SP), expôs no sarau pinturas, convites e estampas para tecido que desenhou. Mas o dom da magistrada não é só para as artes plásticas. Durante a noite ela também brindou os colegas com sua voz lírica, ao cantar músicas como "Fascinação".

"Terminei meu curso de desenho durante o segundo ano em que estudava Direito", explicou. "Já o canto está na minha vida há mais tempo. Aos 17 anos participei e ganhei programas de calouros na televisão", acrescentou. Atualmente Diva apresenta-se uma vez por mês em uma livraria de São Paulo.

A desembargadora conta que na época que exercia a jurisdição deixou um pouco de lado os talentos, por falta de tempo. "Quando se é juiz não temos fins de semana, feriados, nada", justificou. Entretanto, logo que pode retomou as atividades. "Sinto que me rejuvenesce. Tudo que pode fazer para estimular a cabeça é muito bom", afirmou Diva.

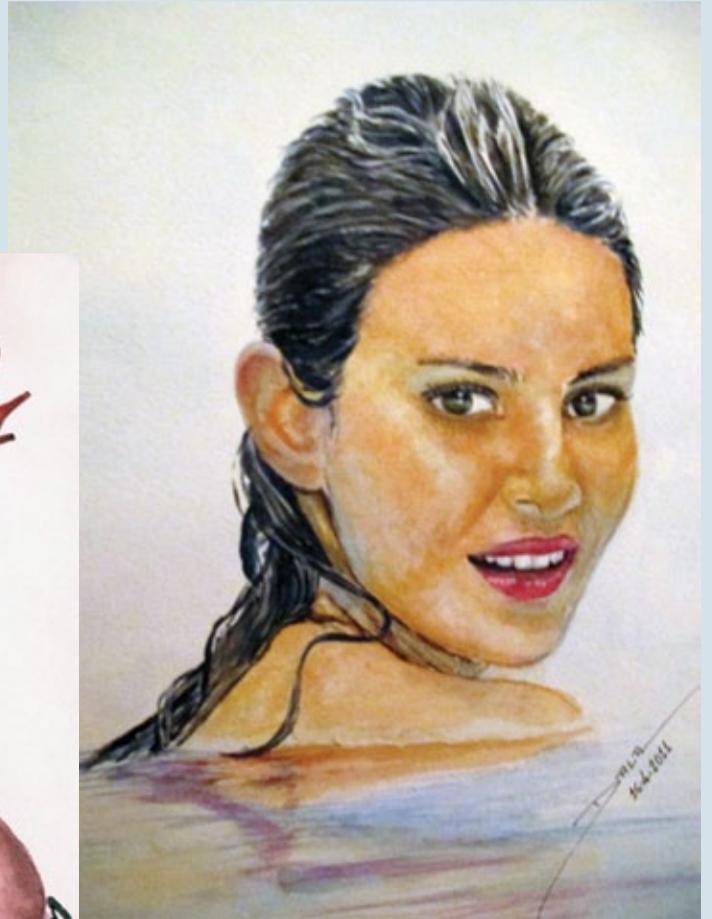


### Outros talentos

Seguindo o exemplo de Diva, outros magistrados também declamaram poesias, como Arnóbio Santos Pereira (Amatra 5/BA) e Genésio Vivanco (Amatra 15/Campinas e Região e Amatra 2/SP). Já Antonio Cordovil (Amatra 15/Campinas e Região) cantou algumas músicas.

A recém eleita diretora de Aposentados da Anamatra para o biênio 2011/2013, Terezinha Célia Kineipp Oliveira, levou quadros que pintou para mostrar aos colegas. 



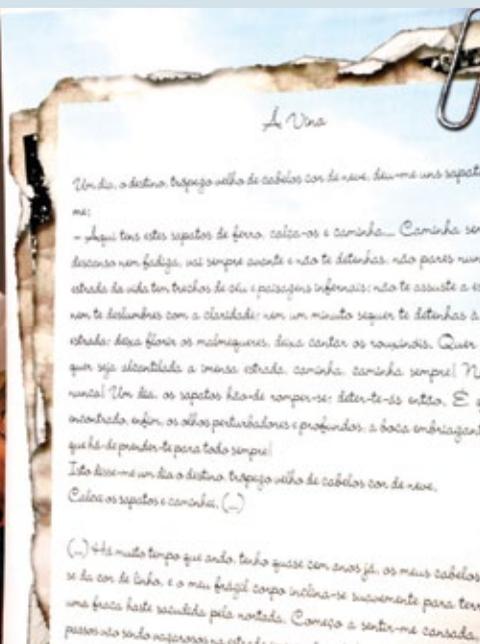


## Admiração por Florbela Espanca

Maria da Conceição Sarinho, aposentada da 6ª Região (PE), não fez só declamações de textos da poetisa portuguesa Florbela Espanca. A pernambucana também contou a história de toda a vida da artista, desde o planejamento de seu nascimento até sua precoce morte. “Ela é maravilhosa. E nós, que tivemos essa atividade tão fria, temos que ter a arte e a poesia presentes em nossas vidas”, disse Conceição.

A magistrada contou que sua admiração pela poetisa nasceu em 1986, quando por acaso encontrou um livro de sonetos em uma livraria de Recife. “Senti muita empatia pessoal quando li vários daqueles poemas. A partir dali, todos os livros que encontrava dela, eu comprava”, destacou.

Além de ser fã de Florbela, Conceição revelou que escolheu declamar e falar sobre a artista portuguesa porque entende que ela é constantemente julgada erroneamente, por ter se suicidado aos 36 anos de idade. “Florbela teve três casamentos, várias doenças, tinha constantes crises de insônia. Então, esse conjunto de fatores, somado à época em que ela vivia, deve ser levado em consideração”, frisou. “Para mim, ninguém deve julgar ninguém”, acrescentou a aposentada. *A*



TJC

## Coordenadora nacional convida aposentados a integrarem Programa Trabalho, Justiça e Cidadania

Os magistrados do trabalho aposentados receberam um convite na manhã do último dia do Evento. A coordenadora nacional do Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC), Eliete Telles, convidou todos a fazerem parte do projeto. “Queremos a adesão de vocês! O TJC fica mais regular quando tem o apoio de um colega aposentado”, conclamou a juíza, que também é aposentada.

O vice-presidente da Anamatra e recém eleito presidente para o biênio 2011/2013, Renato Sant’Anna, aproveitou para também chamar os aposentados a integrarem o TJC em seus estados. “Hoje, dia 1º de maio, não teria data mais emblemática para falarmos do Programa”, lembrou. “Eu tenho o vídeo do TJC na minha mochila e sempre mostro nos lugares em que vejo que a Justiça do Trabalho está sendo maltratada. Isso serve, também, para mostrar que a Anamatra não está preocupada só com subsídios”, destacou.

Eliete apresentou aos aposentados o vídeo institucional do Programa e explicou a Cartilha do Trabalhador em quadrinhos, que está em processo de tradução para o inglês, francês e espanhol por causa de um convênio assinado entre a Anamatra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Constatamos que os quadrinhos eram a melhor forma de fazer chegar os direitos ao trabalhador. É simples e a linguagem é coloquial”, explicou.

“Espero a adesão de vocês nos seus estados. Vamos ajudar o Brasil com esta dívida histórica com a cidadania”, finalizou Eliete. Ao final da exposição, uma lista foi passada para que os aposentados pudessem fazer a adesão ao TJC.

A desembargadora aposentada da 17ª Região (ES) Maria Francisca dos Santos Lacerda participou da mesa e aproveitou a oportunidade para dar o testemunho do TJC no estado do Espírito Santo. “Pela alegria da Eliete podemos ver o bem que esse programa faz para a gente”, declarou. *A*



## OPINIÃO



**Ilce Marques de Carvalho**  
5ª Região (BA)  
Ex-presidente da Anamatra (1989/1991)

*“Eu acho que os encontros de aposentados têm um sentido relevante e especial. A participação nos encontros permite que cada um conheça suas limitações.”*



**Heloisa Corrêa da Costa e Paula**  
17ª Região (ES)

*“Acho os encontros importantes porque normalmente, o aposentado, quando não continua militando na área, fica isolado, sem saber notícias. É uma ideia muito boa pegar a experiência do pessoal mais antigo. Quando comecei, aprendi muito com os juizes antigos. E temos muita gente aqui que pode ser aproveitada. Hoje vivemos mais e portanto podemos ajudar mais também.”*

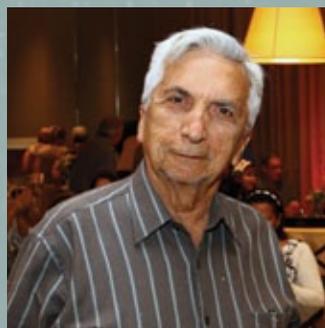


**José Teles Monteiro**  
7ª Região (CE)

*“Achei muito bom, principalmente pela interação entre os colegas que são, teoricamente, do país inteiro. Além disso, gostei porque pude conhecer um novo estado, o Espírito Santo.”*

**Ivani Giuliani**  
15ª Região (Campinas e Região)

*“É um momento muito interessante, porque além de aprender coisas novas, estamos encontrando conhecidos e conhecendo novos colegas de outras regiões.”*



**Carlos de Mendonça**  
8ª Região (PA)

*“Achei o encontro excelente! O principal benefício é a congregação de colegas que vivem longe, que só se conheciam pela Internet e aqui puderam se ver fisicamente.”*

Maria da Conceição Sarinho  
6ª Região (PE)

*“Considero esse evento relevantíssimo, porque qualquer juiz, mesmo iniciante, vai se aposentar um dia. O primeiro encontro foi um sucesso, e esse, mais ainda!”*



Gilda Martins Ferreira  
Acompanhante

*“No setor público não há um preparo pós-aposentadoria. A pessoa acaba se sentindo perdida, dá um vazio. E nesse evento os temas trataram justamente do preparo pós-aposentadoria, então veio de encontro ao que os aposentados almejavam.”*

Roberto Pessoa  
5ª Região (BA)

*“Esse encontro mantém o aposentado em uma integração social e cultural, dando demonstração de que a Anamatra tem entre seus objetivos valorizar o magistrados que estão na aposentadoria, mas que podem contribuir muito com sua experiência em várias atividades. Espero que este evento se renove e se perpetue!”*



Terezinha Célia Kineipp  
10ª Região (DF e TO)  
Diretora de Aposentados da Anamatra 2011/2013

*“Achei maravilhoso! Por ser um ambiente descontraído, considero o melhor momento para conhecer as pessoas. Minha esperança é que no futuro venham mais pessoas porque é um momento rico. Foi uma grande oportunidade para ouvir reivindicações e até sugestões para o próximo encontro.”*



Lourdinha Vanderlei  
17ª Região (ES)

*“É muito importante esta reunião. É necessário que comecemos cedo a nos interessar por um segmento do Judiciário que é o aposentado, para resguardar direitos para as futuras gerações que virão.”*



# Anamatra no **twitter**

Twitter Anamatra: mais um canal de comunicação  
para a magistratura trabalhista brasileira

**Siga a Anamatra no Twitter: @Anamatra**

Portal Anamatra: Acompanhe as  
lutas pela defesa das prerrogativas  
dos magistrados trabalhistas e  
pela defesa da democracia e  
interesses da sociedade,  
especialmente pela valorização do  
trabalho humano, justiça social e  
respeito à cidadania por meio do  
Portal da Anamatra. Acesse:

[www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)

The screenshot shows the homepage of the Anamatra website. At the top right, there is a yellow banner with the text "ESPAÇO DO ASSOCIADO" and "Clique aqui para acessar". The main header features the Anamatra logo and the text "ANAMATRA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO". Below the header, there is a search bar with the text "Anamatra no twitter" and a "Pesquisar:" label. The main content area is divided into several sections: "Destaque" (highlighted) featuring a news item about a national event on execution in labor justice; "TV Anamatra" with a video player showing an interview; "Notícias" (News) with a list of recent articles; and "Cursos" (Courses) with information about a course on labor law. A sidebar on the left contains a navigation menu with items like "Página Inicial", "A Anamatra", "Amatras", "Justiça do Trabalho", "Notícias", "Acompanhamento", "Publicações", "Artigos", "Cursos", "Convênios", "Eventos", "TV Anamatra", "Cadastre-se", "Links", "Ouvidoria", and "Fale Conosco". At the bottom left, there is a calendar for December 2010.